

Uma investigação interseccional: mulheres negras no futebol

Bárbara Maia Fraga¹

Marcelo Siqueira de Jesus²

Resumo:

O presente artigo é fruto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso (TCC), de Licenciatura em Educação Física, que interessou-se em investigar produções de outros TCCs nos cursos de licenciatura e de bacharelado em Educação Física, das Universidades Federais no Estado de Minas Gerais. A investigação do tipo documental através da análise de conteúdo (MINAYO, 2007; BARDIN, 1977), buscou conhecer, a partir das produções destes trabalhos de conclusão de curso, sobre a presença da temática mulheres negras, futebol e arbitragem e, saber se na perspectiva hegemônica instrumental e biológica da área, o tema sobre interseccionalidade está presente nas produções de pesquisa de graduação. Buscou-se saber, nos trabalhos revisados, a relação do tema investigado e a sua caracterização com marcadores sociais da interseccionalidade, que envolvam raça, gênero e classe social. Consideramos que as pesquisas analisadas nas IFES do estado de Minas Gerais apresentam uma baixa produção da interseccionalidade no campo da Educação Física, sobretudo, na formação dos futuros profissionais da Educação Básica.

Palavras-chave: Interseccionalidades. Mulheres negras. Futebol.

An intersectional investigation: black women in soccer

Abstract: This article is the result of research on a course completion work (TCC), of a Degree in Physical Education, which was interested in investigating productions of other TCCs in undergraduate and bachelor's degrees in Physical Education, at federal universities in the State of Minas Gerais. The investigation of the documentary type through content analysis (Minayo, 2007; Bardin, 1977) and, based on the productions of these course conclusion works, sought to know about the presence of the theme of black women, football and arbitration and, whether in the hegemonic instrumental and biological aspect of the area, the topic of intersectionality is present in undergraduate research productions. We sought to find out in the reviewed works the relationship between the topic investigated and its characterization with social markers of intersectionality, involving race, gender and social class. We consider that the research analyzed at IFES in the state of Minas Gerais presents a low production of intersectionality in the field of Physical Education, especially in the training of future professionals in Basic Education.

¹ Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Auxiliar de Arbitragem da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro-RJ. E-mail: barbara.maia.frga@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7785-9597>

² Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus JK, Diamantina-MG. E-mail: marcelo.siqueira@ufvjm.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5140-9290>

Keywords: Intersectionality. Black women. Soccer.

Una investigación interseccional: las mujeres negras em el fútbol

Resumen: Este artículo es resultado de una investigación sobre un trabajo de finalización de curso (TCC), de la Licenciatura en Educación Física, que tuvo como interés investigar las producciones de otros TCC en las carreras de pregrado y licenciatura en Educación Física, en universidades federales del Estado de Minas Gerais. . La investigación de tipo documental a través del análisis de contenido (Minayo, 2007; Bardin, 1977) y, a partir de las producciones de estos trabajos de conclusión de curso, buscó conocer sobre la presencia de la temática mujeres negras, fútbol y arbitraje y, ya sea en el ámbito hegemónico instrumental y En el aspecto biológico del área, el tema de la interseccionalidad está presente en las producciones de investigación de pregrado. Se buscó conocer en los trabajos revisados la relación entre el tema investigado y su caracterización con marcadores sociales de interseccionalidad, involucrando raza, género y clase social. Consideramos que las investigaciones analizadas en IFES en el estado de Minas Gerais presentan una baja producción de interseccionalidad en el campo de la Educación Física, especialmente en la formación de futuros profesionales de la Educación Básica.

Palabras clave: Interseccionalidad. Mujeres negras. Fútbol.

1 Introdução

O presente artigo é fruto de pesquisa que investigou produções de TCCs nos cursos de licenciatura e de bacharelado em Educação Física, das Universidades Federais no Estado de Minas Gerais. Adotamos o modelo de pesquisa social, de caráter qualitativo, do tipo documental, através da análise de conteúdo³ na pesquisa social (MINAYO, 2007), buscamos conhecer e identificar se há a inserção da interseccionalidade nas produções destes trabalhos de conclusão de curso. Sobretudo, relacionados à temática mulheres negras, futebol e arbitragem. Em suma, saber se o tema investigado e a sua caracterização com os marcadores sociais da interseccionalidade e da diferença, em especial, que envolvam raça, gênero e classe social, estão presentes nas produções investigadas nas graduações em Educação Física das Instituições Federais de Ensino Superior mineiras.

A característica mestiça da população brasileira, e a presença de diferentes etnias que configuram a nossa sociedade multirracial, têm uma indissociabilidade entre os aspectos político, cultural, social, gênero e racial (NASCIMENTO, 2021). O protagonismo da população negra na construção social e cultural brasileira, e principalmente, a valorização do papel da mulher negra nas ações políticas, intelectuais, progressistas e de liderança em nossa sociedade (RAMOS; JESUS, 2024). Sobremaneira, reconhecemos a ampla relevância da perspectiva antirracista, inserida nos bancos escolares da educação básica e na formação de professores, que se trata de uma demonstração de superação do caráter monocultural do currículo eurocêntrico, e avança para uma decolonialidade nas práxis educativas, que

³ Moraes (1999, p. 2) compreende na Análise de Conteúdo uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de linguagem, ainda segue, ao considerar que “essa análise, conduz as descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, que ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”.

envolvam os direitos humanos e a dignidade humana, através do reconhecimento dos valores civilizatórios africanos e dos saberes populares originados na população afrobrasileira (NARESSI LOPES, 2024).

Entre as diferentes manifestações corporais e culturais de ampla relevância em nossa sociedade, este artigo discorre sobre a pesquisa desenvolvida sobre a temática futebol, que se trata de um fenômeno social moderno⁴, que durante a sua trajetória em nosso país, acumula fatos sociais, destacando-se como um esporte de ampla hegemonia e que se insere no contexto social, político e cultural brasileiro. O futebol é atravessado por questões das desigualdades em nosso país. Soares e Lovisolo (2003, p. 130) destacam “o futebol como espelho dos dilemas da sociedade brasileira”, entre estes, salienta-se no nicho da ocupação e da profissionalização dos atletas deste esporte, que se materializa através de uma distinção de gênero, quando encontramos diferenças, sendo elas de natureza dos recursos materiais e dos comportamentos atitudinais estereotipados, que revelam o poder simbólico em favorecimento à dominação masculina, ou seja, na prática, entre a organização do futebol de homens em comparação ao futebol de mulheres, não acontece equidade, e sim abissal desigualdade, cristalizada na infraestrutura e, sobretudo, nas coberturas e nas exposições da mídia.

A presença das mulheres no nicho futebolístico é relevante para o embasamento e realização desta pesquisa, justificamos esse interesse devido à experiência profissional acumulada, respectivamente do orientador e orientanda, na preparação física de atletas e na arbitragem do quadro da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro; e, também, em razão do Projeto de Ensino vinculado ao Núcleo institucional do Residência Pedagógica Educação Física UFVJM, Seminário Ciências & Esporte na UFVJM, em 2021, que reuniu intelectuais e profissionais do futebol. Em ambas, a questão sobre gênero, raça e classe na arbitragem do futebol foi central para conhecer, através das produções de TCCs dos cursos de formação de professores na Educação Física, e saber se nessa produção a temática interseccionalidade, mulheres negras e futebol se faz representada?

Segundo Amaral (2013), no final do século XX, com a ascensão do neoliberalismo e da sua divisão social do trabalho, as mulheres assumiram funções no mundo do trabalho em diferentes setores e nichos ocupacionais. Um aspecto problemático destacado pela autora é que as novas ocupações não possibilitaram a superação das demandas das jornadas laborais em simultaneidade ao trabalho doméstico.

Amaral (2013) alerta sobre a relação da mulher no mercado de trabalho, o mais grave é a precarização e as condições desiguais, dentre eles destacam-se: as diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções, e sofrem distinções nas promoções de cargos de liderança.

Louro (1997) cita que na virada do século XX para o XXI, manifestações organizadas pelas diferentes representações dos movimentos sociais feministas, reivindicaram igualdade de gênero nas relações sociais de produção. Esses manifestos aconteceram em diferentes sociedades capitalistas pelo mundo, designadas como primeira e segunda onda feminista, que denunciaram as condições desiguais materiais e atitudinais, que geram opressões e discriminações sofridas pelas mulheres. E a autora ainda menciona que:

É, portanto, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista

⁴ Enquanto elemento social, de acordo com Gilberto Freyre (*apud* SOARES; LOVISOLO, 2003, p. 135), no Brasil, o futebol passa a ser visto como uma síntese da cultura nacional de uma mistura de classes sociais, raças, etnias e culturas.

contemporâneo ressurge, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas (LOURO, 1997, p. 3).

Para Louro (1997), a visibilidade conquistada pelas mulheres através da luta feminista, e com a presença antagonista do patriarcado, se tornou fundamental para ampliar a presença das mulheres em ocupações de maior representatividade de poder, tendo como consequência o aumento de oportunidades na acumulação de ganho salarial. Entretanto, ainda é significativa a desigualdade entre gêneros, mesmo exercendo a mesma função ocupacional e de liderança.

Louro (1997) compreende que apesar das discriminações ainda sofridas pelas mulheres, as intelectuais feministas não se calavam e denunciavam através da literatura tais condições desiguais de trabalho:

Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO. 1997, p. 5).

Lélia Gonzalez (1982) destaca o papel do movimento negro unificado na denúncia do racismo e na prospecção de superação das manifestações de discriminação racial, sobretudo, pela ausência de oportunidades para mulheres negras. Na opinião da autora, o movimento da ditadura militar de 1964 ampliou as desigualdades raciais e de gênero no Brasil e, nessa relação de interseccionalidade da tradição brasileira de pesquisas em ciências sociais e humanas, considera que as políticas públicas universais não promovem a inclusão de mulheres pretas no mercado de trabalho, e sim, as mantém na invisibilidade social e reproduz as ocupações braçais domésticas do período escravista em pleno século XX, sem direitos e sem encargos sociais que garantam a sua plena cidadania.

Lélia Gonzalez (2020) sinaliza que, em geral, o lugar da mulher negra na sociedade brasileira resulta das formas opressivas patriarcais, que a deslocam para uma condição de discriminação de gênero e, também devido a sua condição fenotípica correlata, que cristaliza a sua condicionante de vítima de preconceito racial. Assim, uma interseccional condição de explorada, subalterna e oprimida. Um dos pontos que a autora sinaliza como expoente para iniciar uma superação dessa situação imposta pelo *modus operandi* da estrutura patriarcal e racista da sociedade brasileira, é a transformação da forma como a população negra é representada nos currículos escolares, sobretudo, é preciso potencializar uma imagem da mulher negra para além daquele indicado pela herança escravista.

O pensamento de Lélia Gonzalez (2020) nos possibilita refletir sobre as atuais ações dos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino, e perceber que a representação monocultural do currículo eurocêntrico nos revela que o ideal burguês do nosso capitalismo periférico gera uma violência à juventude masculina e feminina negra. E no caso das matrizes curriculares dos cursos de graduação, é possível lançar a hipótese real da influência das epistemologias que hiperdestacam os aspectos eurocêntricos na formação inicial. Assim, no presente artigo em especial, interseccionalidade e mulheres negras estão inseridas nas diferentes ações didático-pedagógicas e nas diferentes áreas dos saberes que circulam nos currículos de formação dos cursos de graduação em Educação Física?

Depois dessa exposição inicial do tema e do objeto, retoma-se a indagação feita

anteriormente: a inserção da mulher negra no mundo do trabalho do futebol, através da arbitragem, são objetos e sujeitos das investigações na Educação Física das IFES mineiras? Justificamos essa questão, devido ao *modus operandi* patriarcal que persiste com a discriminação de gênero e de raça, em diferentes nichos ocupacionais.

2 Revisão teórica

Na revisão de literatura, pesquisadoras inglesas, canadenses, norte-americanas e alemãs, opinam que a interseccionalidade surge através do movimento *Black Feminism*, no final da década de 1970, inspirado para subverter e lançar crítica ao determinismo do feminismo branco, que, por característica, posiciona-se numa determinada condição de classe privilegiada, que reúne maiores oportunidades de inserção nos nichos ocupacionais da sociedade capitalista (HIRATA, 2014). De acordo com Hirata (2014), a interseccionalidade é uma abordagem metodológica e epistêmica, que passa a considerar as múltiplas fontes possíveis de identidades, que lutam contra a hegemonia do poder patriarcal, classista, racista e capitalista:

O desenvolvimento das pesquisas feministas na França, o contato com as ideias vindas do outro lado do Atlântico, as interpelações das feministas negras em países onde a opressão racial foi objeto de análise bem antes da França, como é o caso do Brasil, certamente contribuíram para uma sensibilização crescente quanto às relações de poder ligadas à dimensão racial e às práticas racistas (HIRATA. 2014, p. 63).

Na divisão social do trabalho, evidencia-se as relações de poder que geram posições de subalternidades às populações negras (urbanas, periféricas, quilombolas e religiosas), sobremaneira, explícita precarização de trabalho à população negra masculina e feminina. Na tradição brasileira dos estudos sobre interseccionalidade, Lélia Gonzalez (2020) e Beatriz Nascimento (2021) destacam desigualdades de oportunidades na inserção no mercado de trabalho, quando comparam os resultados entre mulheres brancas e mulheres negras, revela-se a condição privilegiada do primeiro grupo, e a situação de subalternidade do segundo grupo. Essa distinção se dá também entre o tipo de oportunidades das ocupações de trabalho, por exemplo, as mulheres negras, em sua maioria, atuam nas funções domésticas ou braçais.

Em relação a este determinado contexto desigual, Hirata (2014, p. 69) destaca: “[...] a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas imbricadas, portanto, como um instrumento de luta política”. Na opinião de Patrícia Hill Collins, (2017), a interseccionalidade é uma perspectiva de conhecimento e de força política, que pedagogicamente ensina a lutar pela garantia de condições dignas e equânimes nas relações sociais de produção, que devem ser pautadas na premissa da justiça social.

A interseccionalidade é uma categoria presente nos diferentes discursos e ações dos movimentos feministas, seja nos estudos de gênero na sociedade capitalista, seja nas análises e prospecções que visam valorizar a identidade das mulheres negras (HENNING, 2015). Em meio a este cenário de temperança identitária, metodológica e epistemológica, destacamos os marcadores sociais interseccionais: a mulher negra, a lésbica, a latina, a mãe solo, a transexual, a de classe popular, a periférica, a religiosa do Axé, a do capacitismo, dentre outras identidades que destacam aspectos relacionados às diferenças. Consideravelmente, influenciadas pela tradição da interseccionalidade, seja estadunidense e/ou brasileira, tem sido ampliado o

quantitativo de intelectuais mulheres e homens que se inserem na luta pelos direitos feministas, que visam ampliar as políticas públicas inclusivas.

O movimento *Black Feminisms* estadunidense destaca as primeiras reivindicações feministas, em meados do século XIX, evidenciadas por Sojourner Truth, que menciona sobre a dura condição de mulher, negra, escrava, trabalhadora no campo, mãe de filhos que nasciam com o destino de classe, de serem escravos (HENNING. 2015). Contudo, nos estudos da interseccionalidade, deve-se ter muito cuidado para não priorizar certos marcadores em detrimento de outros, assim como houve em alguns estudos marxistas, que priorizou classe social e deslocou raça e gênero para condição de categorias sociais subsumidas pela totalidade das análises sobre sociedade capitalista (HENNING. 2015).

De acordo com Collins (2017), a interseccionalidade⁵ que vem sendo publicizada na atualidade tem incondicional ligação com as reivindicações do movimento político das feministas negras dos Estados Unidos, das décadas de 1960 e 1970. Tal ação reivindicatória e também de prospecção, se dá a partir de um manifesto elaborado por mulheres afro-americanas de Boston, chamado de *A black feminist statement*, o qual elucidou a conexão de todos os sistemas coercitivos, tais como; o racismo, a imposição de classe social, o patriarcado e a homofobia, que juntos representam uma ação coercitiva de poder que violam direitos, cerceiam a liberdade e a autonomia das mulheres negras.

Collins (2017) compreende que a ascensão deste movimento interseccional, a partir dos anos 1980, tem um marco relevante, que foi a inserção das produções acadêmicas das intelectuais mulheres negras nas matrizes curriculares das áreas das ciências humanas e sociais e das políticas públicas. Este contato com os estudos pautados no ativismo feminismo negro potencializou oportunidades de ressignificar os estudos de raça, de classe e de gênero nos Estados Unidos e no Brasil.

Na corrente brasileira dos estudos interseccionais, destacamos Beatriz Nascimento (2021) que clama por uma tomada de consciência antirracista nas relações raciais e nas relações sociais de produção, sobremaneira, questões de gênero atravessam junto ao de classe e de outros marcadores sociais da diferença. Assim, torna-se essencial nas universidades e nas escolas da Educação Básica institucionalizar o quilombo. Sobretudo, representa tomada de posição crítica sobre a realidade social, assumir protagonismo na luta pela garantia da cidadania das mulheres negras, garantias da manutenção do direito à vida com dignidade, que sejam pautadas nas agendas dos movimentos sociais feministas e das políticas estatais.

3 Procedimentos metodológicos

Este artigo é fruto de pesquisa social, do tipo documental de caráter qualitativo, defendida no ano de 2023, o lócus foram as páginas da *web* dos cursos de licenciatura e de bacharelado em Educação Física, nas Universidades Federais mineiras. Buscamos saber se interseccionalidade, mulheres negras e arbitragem de futebol têm sido objeto e sujeito de investigação nas produções dos trabalhos finais de curso de graduação.

Gil (2008) define pesquisa social como uma metodologia científica que visa conhecer

⁵ Na tradição estadunidense das produções sobre interseccionalidade, encontramos a sua gênese conceitual no campo do Direito através da jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989. Ao analisar os casos do judiciário, esta ativista do movimento social feminista negro estadunidense elaborou este conceito como crítica às decisões dos magistrados que tinham o caráter deliberativo das sentenças judiciais em razão dos marcadores sociais: racial e de gênero (COLLINS, 2017).

a realidade social. Realizamos uma breve revisão de literatura do tema interseccionalidade e mulheres negras, que caracteriza ser uma pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), essa perspectiva nos deu o suporte necessário para busca de informações do passado histórico, através dos livros e dos artigos científicos, que dialogam sobre interseccionalidade, feminismo negro e futebol.

Para análise dos dados, adotamos a perspectiva metodológica da análise de conteúdo, na qual, Bardin (1977) destaca a sua premissa de compreender para além dos dados descritos diretamente nos textos investigados, e perceber o contexto do qual as produções revisadas foram realizadas, ou seja, perceber se há uma relação de opressão e de poder simbólico coercitivo que configura o campo de formação de professores na Educação Física, sobremaneira, entender se mantém uma determinada distinção de gênero e de raça através das produções investigadas nesta pesquisa.

O processo de investigação adotou como lócus, as páginas ou *sites* dos cursos de graduação das Universidades Federais no Estado de Minas Gerais: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Encontramos o universo de 675 trabalhos, adotamos para análise dos dados as seguintes variáveis investigativas: futebol; gênero; mulher negra; arbitragem; arbitragem feminina e raça. Neste recorte, buscamos fazer leitura do título, do resumo e das referências bibliográficas dos trabalhos de conclusão de curso. Após esse filtro, selecionamos nove (9) trabalhos para leitura na íntegra, saber da presença da temática interseccionalidade e mulheres negras na arbitragem de futebol.

Não foi possível realizar análise de dados em três instituições federais mineiras: a UFLA não possuía acervo de TCCs disponível na página dos cursos de graduação em Educação Física. Decidimos enviar e-mail para a Chefia de Departamento e às Coordenações de curso, retornaram com a informação de que a UFLA está em processo de digitalização e de cadastro dos TCCs no repositório institucional. A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) não possui o curso de graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado). A Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) também não possui cursos de graduação em Educação Física.

Nos dois (2) Campi da UFJF, Campus sede na cidade de Juiz de Fora – MG e o Campus Governador Valadares – MG, na página referente ao Campus sede, não haviam links e arquivos dos TCCs, também não possui esse dado no repositório institucional da sua biblioteca central. Ao contactar via e-mail, a secretária da coordenação do curso de licenciatura respondeu que ainda não tem disponível a digitalização destas produções, mas que estão preparando o repositório para se tornar acessível ao público externo da UFJF. No *site* da UFJF-GV, a busca se deu através do repositório institucional do Campus de Governador Valadares – MG, mas os trabalhos estavam anexados somente no repositório institucional (RI), num total de dois mil e quinhentos e dez (2510) trabalhos, trinta e sete (37) eram do acervo do Instituto de Ciências da Vida/Educação Física UFJF-GV, apenas um (1) atendia ao tema sobre gênero e esporte: “Assimetrias de gênero na Gestão de Esporte no Brasil: uma análise de estrutura da Confederação Brasileira de Futebol”.

Encontra-se abaixo o Quadro 1 referente aos trabalhos selecionados.

Quadro 1: investigação dos trabalhos de conclusão de curso de Educação Física encontrados e selecionados das IFES mineiras

Universidades	Trabalhos Encontrados	Trabalhos Selecionados
UFVJM	234	1
UFMG	71	1
UFV	54	0
UFJS	16	1
UFJF – GV	33	1
UFOP	80	1
UFTM	10	0
UFU	177	4
TOTAL	675	9

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 Análise e discussão

4.1 Critérios de seleção dos trabalhos

Os critérios de seleção adotados na investigação dos trabalhos de conclusão de curso, buscou investigar tema, objeto e sujeitos, em especial, a inserção feminina negra na arbitragem do futebol e a interseccionalidade. Adotamos categorias analíticas na organização deste eixo, após leitura e análise dos textos, agrupamos os resultados através dos seguintes sub-eixos/categorias analíticas: Futebol e mulheres; Arbitragem e mulheres; Mulheres negras e arbitragem; Gênero e poder no futebol.

4.1.1 Futebol e mulheres

No decorrer da história do século XX, observa-se a dificuldade das mulheres em ocupar os espaços sociais, também, em participar com equidade dos processos relacionados à profissionalização e ocupação nos esportes, como é o caso do futebol. A participação feminina nos esportes se deu, de fato, nos Jogos Olímpicos Modernos, apesar das críticas de alguns idealizadores.

As mulheres foram autorizadas a fazer parte deste evento, apenas na sua segunda edição, mesmo sob protesto de alguns de seus idealizadores, cujas intervenções no âmbito da organização das competições, direcionavam-se para que elas apenas assistissem aos jogos e não deles participassem. (GOELLNER, 2005, p.144).

Neste contexto, como retrato de um período histórico patriarcal e preconceituoso, Goellner (2005) lembra que na década de 1940, o General Newton Cavalcante apresentou um

documento que constava elementos para que o Conselho Nacional de Desportos, proibisse a participação de mulheres em esportes, cita-se o futebol.

Mesmo sendo oficial o discurso da interdição da participação das mulheres em esportes considerados ofensivos para a sua natureza, as práticas esportivas eram experienciadas por muitas mulheres que, indiferentes às convenções morais e sociais daquele tempo, aderiram a sua prática independentemente do discurso hegemônico da proibição. O futebol não escapa a esta constatação (GOELLNER, 2005, p. 146).

É evidente a resistência das mulheres e o enfrentamento às imposições sociais presentes no decorrer do século XX, e atuais no século XXI. Para ilustrar o percurso da luta constante das mulheres no decorrer da história, encontramos um trabalho apresentado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, título: “A representação da mulher negra na mídia durante a cobertura dos Jogos de Londres 2012 e Rio 2016”. Os autores expõem a significativa ampliação da participação das mulheres nos jogos olímpicos, e a cada edição, em diferentes modalidades, citam como, por exemplo, o futebol de mulheres, porém, não há aprofundamento sobre esta temática, apenas uma única menção!

Consideramos relevante a luta das mulheres pelo respeito e pela representividade, que é protagonismo do movimento feminista no esporte. Essa tomada de posição e consciência justifica-se em vista de que as competições esportivas foram constituídas numa tradição inventada patriarcal. O crescimento da participação das mulheres a cada edição dos Jogos Olímpicos, e também em outras atividades relacionadas ao futebol no Brasil, é assim observada:

[...] as mulheres há muito estão presentes no futebol brasileiro. Vão aos estádios, assistem campeonatos, acompanham o noticiário, treinam, fazem comentários, divulgam notícias, arbitram jogos, são técnicas, compõem equipes dirigentes... enfim, participam deste universo e isso não há como negar, pois, o mundo todo está abrindo espaço para as mulheres em seus diversos talentos, incluindo o futebol e, no Brasil não poderia ser diferente, mesmo com todas as suas dificuldades (REIS; ARRUDA, 2011, p. 1).

Diante desse quadro de situações limites impostas pelo patriarcado, Costa (2007, p.5) enfatiza: “[...] anos de predomínio masculino deixaram suas marcas no imaginário futebolístico”. Para se estabelecerem como torcedoras foi preciso ir contra uma série de representações que fomentavam a ideia de que mulheres e o futebol seriam antagônicos.

Esse posicionamento antagônico pôde ser percebido no título e no resumo do TCC “Futebol e mídia: uma análise da divulgação do futebol feminino brasileiro pela mídia *online*”. O trabalho denuncia o pouco interesse das mídias na divulgação do futebol feminino, uma vez subrepresentada nas publicações, se comparadas às realizadas ao futebol masculino. Para entender melhor como se deu essa falta de visibilidade às mulheres no futebol, Goellner salienta:

Recorro a dois deles que são facilmente identificados em vários espaços sociais: a aproximação, por vezes recorrente, entre o futebol e a masculinização da mulher e naturalização de uma representação de feminilidade que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza (GOELLNER, 2005, p. 143).

Percebemos, nos dois trabalhos investigados, a menção sobre a influência do

patriarcado e das barreiras atitudinais, que dificultam a inclusão das mulheres no cenário ocupacional esportivo. Os dois trabalhos também evidenciam o protagonismo das mulheres negras através da prática dos esportes. Mesmo sem citar o termo, consideramos que, parcialmente, os dois trabalhos analisados sinalizam um horizonte de potencialidades para ampliar os estudos sobre interseccionalidade, futebol e mulheres negras, porém, nada mencionam sobre arbitragem.

4.1.2 Arbitragem e mulheres

Dada a dificuldade de acesso das mulheres aos espaços de prática do futebol, sobretudo, no final do século XIX e início do XX, tecer análise sobre arbitragem feminina no futebol é desafiadora. Mesmo sem mencionar a respeito da arbitragem, selecionamos o trabalho “Gênero e esporte: análise de reportagens sobre a participação de mulheres nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro”, do curso de licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia, em razão de apresentar dados referentes ao machismo e ao sexismo presente na sociedade capitalista. Encontramos menção às condições subalternas das ocupações consideradas como subempregos e das desigualdades de gênero em diferentes setores ocupacionais. Assim, consideramos a sua inserção neste eixo devido a intersecção classe/ocupação e gênero/mulheres, revelada na presença feminina nos noticiários da mídia, entretanto, ainda não possui a mesma visibilidade concedida aos homens. Dentre outras cristalizações das desigualdades de gênero nos esportes, citam que as mulheres acumulam menor incentivo de Federações e de Confederações, baixos salários, poucos patrocínios e premiações inferiores.

O quantitativo de trabalhos investigadas em nossa pesquisa, revela que a categoria analítica arbitragem apresenta subrepresentação, e quando encontradas na primeira leitura dos resumos e dos títulos dos trabalhos, relacionavam-se aos aspectos fisiológicos, biomecânicos e cinesiológicos, treinamento, psicológicos ou sobre comportamento atitudinal relacionado com a tomada de decisão do árbitro.

O único trabalho encontrado relacionado à mulher e arbitragem foi na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, título: “Desafios e conquistas de mulheres árbitras da Federação Mineira de Voleibol em jogo de competição de alto rendimento”, ou seja, não encontramos trabalhos sobre mulheres árbitras de futebol. Compreendemos, através da análise de Conteúdos de Bardin (1977), que tal ausência representa a permanência das ações de poder racista, patriarcal, classista, sexista, capacitista, entre outras, que circulam no mundo do trabalho do futebol, e nas pesquisas de trabalho de conclusão dos cursos de graduação em Educação Física, das IFES mineiras.

Conforme os relatos descritos nas entrevistas deste TCC apresentado na UFU, da temática relacional entre divisão social do trabalho, relações de gênero e arbitragem, revelam-se desafios enfrentados pelas mulheres no ingresso e na permanência neste nicho ocupacional. Sobremaneira, cristalizados pela demografia de um quantitativo hiperrepresentado de homens ocupantes desses postos de trabalho, e tal percepção pode ser notória no futebol.

Conhecer os mecanismos de poder na estrutura social patriarcal e racista da sociedade brasileira destacados por Gonzalez (2020) e por Nascimento (2021), apresenta pertinência sobre os estudos das relações de trabalho no futebol, devido a persistência das barreiras atitudinais que materializam a subrepresentação das mulheres negras na arbitragem. Compreendemos que estes estudos corroboram para tomada de posição antirracista e antipatriarcal, que alcance a promoção de ações inclusivas, com a finalidade de ampliar a participação das mulheres nas diferentes ocupações do futebol. Defendemos a ampliação das

investigações sobre interseccionalidade em temas relacionados às práticas da cultura corporal na Educação Física, pela justificativa de que:

[...] a interseccionalidade nos remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (HIRATA, 2014, p. 63).

4.1.3 Mulheres negras e arbitragem

Nas transmissões das principais competições de futebol pelo Brasil, e em outros países, consideramos a hipótese plausível da notória hiperrepresentação de homens brancos na ocupação de árbitros e de auxiliares de arbitragem. O trabalho intitulado “A representação da mulher negra na mídia durante a cobertura dos jogos Londres 2012 e Rio 2016”, apresentado na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, não apresenta menções sobre mulheres negras e futebol. Destacamos este trabalho devido a sua menção sobre a invisibilidade e a distinção de gênero e de raça nas coberturas das mídias nas supracitadas edições dos Jogos Olímpicos. Entre os aspectos citados pela mídia na cobertura destas duas edições, relacionam mulheres negras, em geral, aos momentos de superação e de conquistas; na criticidade de sua performance e alguns casos de racismo sofridos por atletas negras.

O objeto de investigação do TCC supracitado identifica a distinção de tratamento das mídias investigadas, nacionais e internacionais, quando mencionam sobre atletas mulheres negras brasileiras e estrangeiras, e evidenciam dois casos, o da ginasta Simone Bails e o da judoca Rafaela Silva. Os autores deste trabalho destacam a ação do movimento das feministas negras na denúncia das diferentes formas de opressão, a diferença dada aos noticiários referente aos homens e as mulheres participantes das duas edições investigadas.

O racismo institucional sofrido pelas mulheres negras nos remete a interseccionalidade através do compromisso de promover uma ação antirracista e antipatriarcal. Collins (2017) considera na interseccionalidade, ao mesmo tempo, ser um projeto de conhecimento e uma arma política para promoção da justiça social e superar as formas de poder racista e do patriarcado, que deslocam as populações de mulheres negras para condições de vulnerabilidade. Na edição dos eventos esportivos, as mulheres negras estão hiporrepresentadas na equipe de arbitragem e, tal dado sinaliza a presença do racismo institucional de confederações e de federações esportivas, que não apresentam ações políticas de superação do racismo e do sexismo na composição equânime de quadro de arbitragens.

4.1.4 Gênero e poder no futebol

Este eixo de exposição da categoria analítica revela a presença do poder racista e sexista cristalizado pela reduzida quantidade de produções que destacam como objeto de investigação a temática interseccional entre raça e gênero na arbitragem do futebol.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as

mulheres foram historicamente conduzidas tiveram como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da ciência. (LOURO, 1997, p. 3).

Identificamos no trabalho apresentado ao curso de licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Uberlândia: “Análise da atuação das mulheres na gestão do esporte”, uma pesquisa qualitativa bibliográfica que indica as reduzidas produções na temática mulheres na gestão esportiva. O resultado desta pesquisa revelou a significativa presença de preconceito e de discriminação direcionadas às mulheres nestes nichos de ocupação da gestão no esporte. O perfil das mulheres ocupantes destes cargos de gestão, em geral, são solteiras e sem filhos, e este pode ser um fator relevante para sua manutenção e/ou progressão. Não há menção de recorte interseccional de gênero e de raça neste trabalho. A presença masculina na gestão ou na posição de liderança nos diferentes esportes se encontra hiperrepresentada, enquanto que a presença das mulheres neste quadro setorial, apresenta-se hiporrepresentada.

Ainda em relação ao tema gestão esportiva, apresentamos dados do trabalho “Assimetrias de gênero na gestão do esporte no Brasil: uma análise da estrutura da Confederação Brasileira de Futebol”, apresentado ao curso de bacharelado da Universidade Federal de Juiz de Fora-Campus Governador Valadares. Neste trabalho nota-se que nos cargos de liderança ocupados nesta Confederação predomina a presença de homens. Não encontramos neste trabalho dados que referem a presença da mulher negra na gestão esportiva.

Na guisa de finalizar a exposição dos trabalhos investigados em nossa pesquisa, no último trabalho, cujo título “O mercado de trabalho para elas: reflexões sobre o cotidiano de mulheres que ocupam cargos de liderança no campo da Educação Física”, apresentado ao curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, não encontramos dados relacionados às mulheres negras, futebol e arbitragem. Destacam-se nos resultados alcançados nesta investigação: a difícil inserção da mulher nos espaços públicos de ensino; o preconceito dos alunos por terem uma professora ministrando aulas de Educação Física Escolar. Este trabalho apresenta recorte interseccional, ao revelar a dificuldade das mulheres em relação ao tempo pessoal, devido a jornada dupla de trabalho (doméstico e profissional), inviabiliza ampliar o seu tempo livre, assim, a divisão social do trabalho cristalizam desigualdades que são interpretadas a partir do prisma compreensivo da interseccionalidade:

Por outro lado, na medida em que a presença das trabalhadoras foi se tornando mais significativas no meio urbano e, principalmente, em regiões mais desenvolvidas, as mulheres passaram a se deparar com dificuldades no que diz respeito à conciliação entre as atividades domésticas e as profissionais. O incremento da participação feminina no mercado de trabalho trouxe para o mundo produtivo um número significativo de mulheres maduras, casadas e com filhos, a partir da década de 1980, gerando outro grande desafio em relação ao trabalho feminino: a reformulação da organização familiar (AMARAL, 2013, p. 6-7).

5 Considerações finais

Compreende-se, a partir da análise e dos resultados da investigação na temática através do marcador interseccional da diferença: raça, gênero e classe, nas produções de TCCs nas IFES mineiras que ofertam cursos de graduação em Educação Física, que são reduzidas as investigações sobre o tema relacionado às mulheres negras, futebol e arbitragem. Quando se

trata da questão de gênero, os trabalhos sinalizam a dualidade no confronto de dados que cristalizam as desigualdades entre homens e mulheres nas mais variadas esferas sociais. Em outro dado, em geral nos trabalhos investigados, destacam-se estudos sobre gênero e mídia, e análises relacionadas com as posições de privilégios em cargos de gestão e de liderança. Qual é o lugar da mulher negra nestes setores ocupacionais de maior prestígio e privilégios? Por isso, destacamos a relevância de promoção de políticas públicas inclusivas de recorte interseccional, na tentativa de gerar oportunidades e reduzir as desigualdades de gênero e de raça nos diferentes nichos ocupacionais.

Por intermédio da investigação dos trabalhos de conclusão de curso das Universidades Federais no Estado de Minas Gerais, percebemos a pouca visibilidade nestas produções sobre a representação da histórica luta das mulheres negras na sociedade e da sua inserção no mundo do trabalho. Sobremaneira, na Educação Física, o campo precisa ampliar as investigações sobre mulheres negras na arbitragem de futebol, se trata de um objeto de ampla relevância para investigações interseccionais, em razão das características patriarcais que circulam neste nicho ocupacional. Observa-se a emergencial necessidade de ampliação das investigações interseccionais que buscam corroborar nas ações propositivas de superação das formas de poder pautadas no racismo, no classismo, no sexismo e no capacitismo.

Referências

AMARAL, Graziela Alves. Os desafios da mulher no mercado de trabalho. **Itinerários reflections**, Goiânia, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/22336>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 7-17, 2017.

COSTA, Leda Maria da. O que é uma torcedora? Notas sobre a representação e auto-representação do público feminino de futebol. **Esporte e Sociedade**, ano 2, n. 4, nov. 2006/fev. 2007. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/48008/27916>..Acesso em: 27 jun. 2024.

DORNELLES RAMOS, Luciana.; PAIVA DE JESUS, Victor. Aprender pela diversidade:: possibilidades do feminismo negro na escola. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 37, 2024. DOI: 10.22456/2595-4377.139307. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/139307>. Acesso em: 16 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143–51, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **O movimento negro unificado contra a discriminação racial**. In: Lélia Gonzalez & Carlos Hasenbalg. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p.43-66.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino- americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e o pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900> . Acesso em: 14 abr. 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc. [online]**., v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 abr. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**- Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 14-36. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. **Revista e atualizada**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf Acesso em: 20 nov. 2024.

NARESSI LOPES, Taiane. Descolonização e antirracismo em sala de aula, uma prática constante. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 37, 2024. DOI: 10.22456/2595-4377.138873. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/138873>. Acesso em: 16 nov. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. Atualizando a Consciência. In: RATTS, Alex (Org.). **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

REIS, Fabio Pinto Gonçalves dos; ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência. **EFDeportes**, Buenos Aires, ano. 16, n. 162, nov. 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd162/mulher-futebol-e-arbitragem.htm>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SOARES, Antonio Jorge; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. A construção histórica do estilo nacional. **Revista brasileira de ciências do esporte**, Campinas, v. 25, n. I, p. 129–143, set. 2003. Disponível em: https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/012805_187.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

Contribuições da autoria

Bárbara Maia Fraga: Problematização, Organização, Conceitualização, Metodologia, Investigação, Análise de Dados, Redação.

Marcelo Siqueira de Jesus: Supervisão/Orientação, Redação.

Data de submissão: 28/08/2024

Data de aceite: 21/11/2024